

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

Princípios Éticos para um Efetivo Fazer Acontecer

Por Oscar Motomura

Como especialista em gestão e governança, tenho focado minha energia nestes últimos anos no que considero o fator crítico que define a saúde de organizações tanto públicas como privadas: a eficácia em fazer acontecer. Por isso resolvi – ao preparar esta apresentação – escolher um foco para os princípios éticos relativos ao desenvolvimento sustentável. Esse foco pode ser definido através da seguinte questão-chave:

- Quais as áreas mais sutis, menos óbvias da ética que deveriam receber maior atenção por parte de todos se quisermos ser mais eficazes na transformação de modelos não-sustentáveis de desenvolvimento para outros não só de excepcional grau de sustentabilidade, mas até de evolução/melhoria contínua?

Para ser prático, ao trabalhar esse foco resolvi ir diretamente aos princípios, em vez de teorizar ou comentar o tema. Obviamente, esses princípios são apenas sugestões e estímulos para diálogos e debates, não só quanto ao seu conteúdo como também quanto à forma de expressá-los. Podem e devem ser aperfeiçoados, a partir da contribuição de todos.

Ao redigir esses princípios e os comentários que os contextualizam, tentei também adotar a perspectiva de líderes-estadistas que representem os países da América Latina e do Caribe. Mas acredito que os princípios que proponho sejam fundamentalmente universais.

Princípio 1: Ética da Ação Efetiva

É a ética do movimento. Desenvolvimento sustentável só se torna realidade pela ação. O princípio aqui é que **todas** as deliberações sobre o assunto deverão sempre ir até o estágio da ação efetiva em todas as áreas que condicionam a excelência do resultado final (em consonância com o princípio ecológico da interdependência e do sistêmico). Nenhuma deliberação sobre desenvolvimento sustentável ficará, portanto, tão somente no nível de intenções teóricas, que não contemplem soluções criativas, eficazes, que levem à superação de todas as barreiras a um efetivo fazer acontecer.

A premissa aqui é que já dispomos de conhecimento suficiente, teorias suficientemente fundamentadas, evidências mais que razoáveis e tecnologias apropriadas para tomar todas as decisões necessárias para colocar nosso desenvolvimento na direção de uma sustentabilidade muito melhor do que a que temos hoje. Nosso problema hoje está na falta de mais ações pragmáticas e velocidade no fazer acontecer. Não é ético continuar procrastinando as ações que já sabemos ser necessárias. A cada dia de adiamento é possível calcular os impactos sobre a sustentabilidade e os problemas que se geram a médio e longo prazos.

Princípio 2: Ética da Intenção-Verdade

É a ética da não-manipulação, da ausência de conflito de interesses, da ausência do jogo de aparências e do auto-engano. O princípio aqui é que todas as deliberações sobre desenvolvimento sustentável deverão ser feitas com base na intenção de assegurar o melhor para tudo e para todos no planeta de forma igualitária e justa, da forma mais transparente possível e sempre com real intenção de fazer o necessário acontecer (cumprir efetivamente o que se combina).

Nenhuma deliberação sobre desenvolvimento sustentável portanto deverá acontecer em ambientes de pressão (de lobistas ou de grupos de interesse segmentado) que conduzam a problemas de conflito de interesses e que desviem o processo decisório dos propósitos nobres e universais inerentes ao próprio conceito de sustentabilidade.

A premissa aqui é que em geral vivemos um ambiente de auto-engano e de inversão de valores, em que passamos a achar “normal” o jogo das promessas que sabemos que não serão cumpridas, dos acordos de bastidores, das intenções ocultas por trás de propostas aparentemente bem intencionadas etc., tudo isso afetando a sustentabilidade de nossa evolução. Obviamente nada disso é ético em todos os sentidos. Menos ético ainda é fechar os olhos para essa realidade e nada fazer a respeito, tornando permanente esse jogo de ilusões. A premissa aqui é que todo esse quadro é reversível e essa reversão é ab-

solamente necessária para fazer com que o desenvolvimento sustentável se torne efetiva realidade.

Princípio 3: Ética do Respeito Genuíno

É a ética do respeito verdadeiro – e não o protocolar, o institucionalizado, o genérico – a cada ser vivo do planeta. Desenvolvimento sustentável só acontece se esse respeito genuíno estiver presente na sociedade como um todo. O princípio aqui é que todas as deliberações que afetam a sustentabilidade da evolução devam ser feitas por pessoas que têm uma “sensibilidade vivida” em relação às pessoas que estão sendo afetadas (por essas deliberações) e os seres vivos envolvidos. O princípio aqui é que essa sensibilidade não pode estar baseada apenas em relatórios, estatísticas e números. O fundamental aqui é que essas pessoas tenham uma experiência direta, “olho no olho”, presencial para chegar ao nível de respeito necessário (assim evitando decisões no “piloto automático”). Nenhuma deliberação sobre desenvolvimento sustentável será feita por pessoas de gabinete, sem essa experiência direta.

A premissa aqui é que quando as deliberações se tornam “institucionais” nas duas pontas (é um “órgão” que delibera e não pessoas; é um agrupamento “x” que está do outro lado e não pessoas), elas perdem o senso de humanidade, se “coisificam”. O mesmo pode acontecer em relação a todos os seres vivos que perdem sua individualidade e se tornam até meras estatísticas. Não é ético “coisificar” seres vivos, tornando-os não-dignos de respeito genuíno, o tipo de respeito que temos em relação às pessoas próximas, aos nossos animais, às nossas plantas.

Princípio 4: Ética do Conhecimento

É a ética do saber o que está fazendo. É a ética do tomar decisões somente em áreas nas quais se possui o conhecimento necessário. É ter consciência do risco do deliberar/ decidir sem esse conhecimento.

O princípio aqui é que todas as deliberações que afetam a sustentabilidade do desenvolvimento sejam feitas por pessoas ecologicamente alfabetizadas, pessoas que têm uma compreensão adequada de como os sistemas da Terra funcionam, de como os princípios que regem a Natureza funcionam, de como o “sistêmico” no espaço e no tempo funcionam. Nenhuma deliberação sobre o assunto deverá portanto acontecer em qualquer foro se as pessoas envolvidas não estiverem ecologicamente alfabetizadas.

A premissa aqui é que muitos problemas de sustentabilidade ocorrem no mundo todo por mera ignorância dos tomadores de decisão, dos que implantam as decisões etc. A premissa é que nossos líderes e nossos políticos precisam ser urgentemente reeducados no básico

que afeta a sustentabilidade de nosso desenvolvimento integrado. Não é ético decidir sem conhecimento de causa. Não é ético tentar supersimplificar as questões críticas sobre sustentabilidade usando analogias do mundo mecânico, linear, reducionista.

A premissa aqui também é que na medida em que a população como um todo se alfabetizar ecologicamente, o desenvolvimento sustentável tenderá a ocorrer de forma natural, a partir de movimentos de baixo para cima. Será o ideal da sociedade que toma conta de si, inclusive em tudo que se refira à sustentabilidade do desenvolvimento.

Princípio 5: Ética da Integração do Tempo

É a ética que honra o passado junto com o presente e o futuro. O princípio aqui é que as deliberações que afetam a sustentabilidade do desenvolvimento não devem partir simplesmente do momento presente, ignorando as decisões tomadas no passado que produziram o estado atual. Isso significa que também é sempre essencial honrar o sistêmico no tempo e enxergar o todo maior. Nenhuma deliberação sobre sustentabilidade deverá acontecer sem levar em conta o sistêmico no tempo e no espaço, ou seja, a questão dos legados recebidos e os que deixaremos para as futuras gerações.

A premissa aqui é que em muitas partes do planeta os ativos naturais foram depletados em troca de um tipo de desenvolvimento não-sustentável. Um desenvolvimento não-sustentável mas capaz de gerar outros ativos, como tecnologia e capital. Ao ver o todo – em âmbito mundial – vemos o efeito desse desenvolvimento desequilibrado, que produziu inclusive bolsões de pobreza afetando bilhões de pessoas. Muitos países da América Latina sofreram o efeito desse desequilíbrio mas, por outro lado, estão hoje em melhores condições – em termos de ativos ecológicos – do que os países “desenvolvidos”. O exemplo do Brasil, um dos países mais ricos do mundo em ativos naturais, é típico. Honrar a integração no tempo é dar o devido valor a esses ativos naturais, que hoje são fundamentais ao planeta como um todo.

Não é ético que os países que criaram o desenvolvimento não-sustentável demandem a simples “preservação” do ativos naturais dos países em desenvolvimento. Essa preservação agora tem valor para todos. É hora de assegurar que todos que precisam desses ativos paguem pela preservação. E o valor não será baixo. Muito ao contrário, será algo bastante significativo na medida em que neste momento esses ativos são de um valor inestimável para a humanidade, ou seja, “não tem preço que pague...”. A premissa aqui, mais uma vez, é que para construir um futuro que seja o melhor para todos

e para o todo (chave para a sustentabilidade) é preciso reconhecer o tipo de legado recebido e o que se pretende deixar – sempre levando em conta o sistêmico e o interdependente. Em suma, o todo.

Princípio 6: Ética da Restauração

É a ética do reconhecimento de erros e a humildade de consertá-los. O princípio aqui é que todos os erros cometidos no mundo todo em relação à questão da sustentabilidade podem ser corrigidos. Parte dessa correção é simplesmente deixar de cometer os mesmos erros e a Natureza faz a sua parte. Parte é representada por ações de recuperação/restauração. É criar condições para a restauração das florestas tropicais, despoluir rios, resgatar animais em extinção, recuperar as nascentes e despoluí-las. É claro que parte é irrecuperável. Mas grande parte pode e deve ser resgatada. É o ato de consertar e deixar “pronto para uso” para as futuras gerações.

A premissa aqui é que a restauração vale a pena e deve ser um esforço sistêmico, global, integrado, na medida em que seja do interesse de todos. O investimento para restauração é alto? Pode ser, mas qual é o custo de oportunidade aqui? Que tipo de problemas graves no futuro estaremos evitando para o planeta como um todo, para as futuras gerações de todos os povos? Que capital será empregado para essa restauração? Do mundo todo para o mundo todo. O interesse é de todos.

Não é ético conformar-se com o estado das coisas de hoje e desistir. Restaurar a Natureza é um ato nobre de reconhecimento de nossos erros. E de reconhecimento do valor de tudo que possa ser chave para o desenvolvimento sustentável no planeta.

Princípio 7: Ética do Intuitivo

É a ética que honra a percepção humana. O princípio aqui é que as deliberações sobre desenvolvimento sustentável devem honrar o intuitivo, o subjetivo, os sentimentos e não só o que é técnico, “científico”, objetivo. Nenhuma deliberação sobre sustentabilidade deverá ficar tão somente no plano do racional/intelectual, como se fosse uma ciência exata.

A premissa aqui é que temos ainda muito a aprender com a Natureza ao se buscar a chave para a sustentabilidade do desenvolvimento. Aqui a ideia não é só preservar a Natureza. É ser parceira da Natureza e descobrir junto com ela os segredos da sustentabilidade. É desvelar o conhecimento essencial sobre a vida que está contido na Natureza. O conhecimento essencial que podemos aplicar nos sistemas inventados pelo ser humano. No momento em que os sistemas artificialmente criados tiverem dentro de si a “sabedoria sistêmica” presente na

Natureza, teremos chegado à real sustentabilidade.

Não é ético ficar no reducionismo do técnico-científico. Há muito a descobrir nos vazios do que já conseguimos provar cientificamente. Só conseguiremos chegar a desvendá-los pela imaginação e pela intuição.

Princípio 8: Ética do Natural

É a ética que vem das leis naturais, das leis universais. O princípio aqui é que só alcançaremos uma real evolução sustentável no momento em que o planeta como um todo se alinhar totalmente às leis universais. O princípio aqui é que todas as deliberações que afetam a sustentabilidade do desenvolvimento precisam se apoiar num conhecimento profundo de tudo que rege a Natureza. Essas leis naturais devem sempre prevalecer sobre as leis criadas pelo ser humano, que normalmente são frágeis, mutáveis e muitas vezes totalmente contrárias, em oposição às leis naturais.

A premissa aqui é que todos que lidam com sustentabilidade – na verdade a Humanidade como um todo – deveriam compreender como a Natureza opera, quais as leis que a regem. É o que os grandes cientistas estão buscando o tempo todo. Quando Einstein diz que tudo que ele quer é entender como Deus pensa (todo o resto sendo algo pequeno, trivial) é a isso que ele se refere: às leis universais que talvez pudessem ser sintetizadas numa só equação matemática (é onde a Ciência está chegando hoje, a

chamada Teoria do Campo Unificado ou a Teoria do Todo). Não é ético justificar ações que levam à não-sustentabilidade da evolução com base em leis locais (de países específicos) e mesmo aquelas geradas por organismos de âmbito mundial. No momento em que a vida no planeta como um todo está em jogo, torna-se fundamental o apoio em leis que sejam universais. Nosso grande desafio está aí. Continuar em nossa busca pelo conhecimento sobre o todo, sobre as leis da Natureza. E assegurar que todos que afetam a sustentabilidade saibam como essas leis operam. Enquanto não chegarmos lá, temos que ser humildes e reconhecer o que ainda falta conhecermos. Assim, tenderemos a decidir com mais cuidado e mais consciência.

Princípio 9: Ética da Vida

É a ética inerente ao Grande Jogo, o Jogo da Vida. O princípio aqui é que todas as deliberações sobre a questão da sustentabilidade deverão sempre levar em conta o contexto maior e o sistema que o conjunto de jogos – o jogo econômico, o jogo político, o jogo da competição global, o jogo das finanças etc. – representa. O princípio aqui é o extremo cuidado a ser tomado, principalmente ao le-

var em conta as irregularidades, as falácias, as ilusões, as regras explícitas e tácitas desse jogo em contraposição ao Grande Jogo da Vida, o Jogo Ideal que é capaz de gerar a sustentabilidade com a qual todos sonhamos. Nenhuma deliberação sobre sustentabilidade deverá ser levada a efeito sem levar em conta o jogo dentro do qual as questões estão localizadas e como elas serão afetadas (pelo jogo) e como elas afetarão a dinâmica como um todo. Nenhuma deliberação deverá, também, ser feita sem levar em conta o outro jogo, o que transcende todos os outros: o Jogo da Vida (aquele definido pelas leis universais).

A premissa aqui é que o Jogo da Vida é aquele que coloca a vida acima de tudo. Acima do econômico, acima do político, acima do financeiro, comercial etc. A premissa aqui é que o desenvolvimento sustentável ideal só será possível quando a vida prevalecer sobre todos os outros valores criados pelos seres humanos. E quando formos capazes de questionar pela raiz o próprio modo de vida, padrões de consumo etc. que geram a não-sustentabilidade atual de nosso “desenvolvimento” do planeta. Não é ético atuar no jogo de ilusões onde o econômico de curto prazo prevalece até sobre a saúde global das pessoas e de todas as formas de vida no planeta. A premissa aqui é que a vida deve estar no centro de tudo.

Princípio 10: Ética do Bem Comum

É a ética do melhor para todos, sem qualquer tipo de exclusão. O princípio aqui é a busca da perfeição, a busca da Utopia Possível ao se buscar desenvolvimento susten-

tável. O princípio é que na prática não se pode deixar por menos, caso contrário haverá lacunas através das quais a sustentabilidade per se se inviabiliza. Um efetivo fazer acontecer exige sintonia de todos com esse padrão de perfeição. É o propósito nobre que busca o melhor para todos, que ajuda a dissolver as diferenças em interesses e objetivos individuais, setoriais, regionais etc. Nenhuma deliberação sobre sustentabilidade deverá ser levada adiante se o propósito maior (o bem comum, o melhor para todos) não estiver claro para todos. É algo essencial para o conceito de sustentabilidade, que é sempre do todo sistêmico/interconectado e nunca de parte dele.

A premissa aqui é que sustentabilidade pressupõe cooperação plena e não competição do tipo que prevalece na sociedade hoje. A única competição positiva é aquela que vemos na Natureza, que é muito mais próxima dos jogos de criança (que pressupõem um clima de brincar juntos) do que de jogos de guerra, onde o outro é visto como inimigo. A premissa também é que o excesso de realismo e o cinismo que o acompanha é fatal para a geração de desenvolvimento sustentável.

Não é ético reduzir, rebaixar o nível de aspiração ao buscar sustentabilidade. Seria algo incongruente. Em essência, desenvolvimento sustentável é a própria busca da perfeição na sociedade como um todo.

Esta é minha contribuição para os debates. Espero que ela venha, de alguma forma, contribuir para a efetiva realização do mundo dos sonhos de todos nós.

Obrigado. ■